



Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Processos de subjetivação no
serviço social**
5

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	<p>Processos de subjetivação no serviço social 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-230-2 DOI 10.22533/at.ed.302202907</p> <p>1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA: ELEMENTOS E GÊNESE DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA NA EUROPA	
Taiane Macêdo Silva Adriana Freire Pereira Ferriz Emanuel Luiz Pereira da Silva Vanessa Carla Borges de Lima Thaúanna Gomes Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3022029071	
CAPÍTULO 2	7
SANEAMENTO BÁSICO: FATORES HISTÓRICOS E DESIGUALDADES PERSISTENTES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Andressa Caroline de Lima Giovana Galvan Marli Renate von Borstel Roesler	
DOI 10.22533/at.ed.3022029072	
CAPÍTULO 3	19
A SOBREVIVÊNCIA NO URBANO: OS ARTESÃOS NA FEIRINHA DA PRAIA GRANDE DE SÃO LUÍS	
Rayssa Cordeiro Silva Carvalho Rocha Alanna Larissa Aragão Teles Giovanna de Abreu Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.3022029073	
CAPÍTULO 4	28
O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O CASO DO <i>JORNAL DA PERIFERIA</i>	
Rozinaldo Antonio Miani	
DOI 10.22533/at.ed.3022029074	
CAPÍTULO 5	39
JARDIM GRAMACHO: TERRITÓRIO EXTRAORDINÁRIO DO LIXO E DA INJUSTIÇA AMBIENTAL	
Valéria Pereira Bastos Mariana Andrade Lobo Silva Raphaella Ximenes Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.3022029075	
CAPÍTULO 6	52
REFLEXÕES SOBRE O DESLOCAMENTO DO CORPO NEGRO REFUGIADO NO BRASIL	
Mayara Castro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3022029076	
CAPÍTULO 7	61
CONTROLE SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DO PAPEL DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	
Renata Antônia de Souza Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.3022029077	

CAPÍTULO 8	72
BREVE ANÁLISE E REFLEXÃO HISTÓRICA ACERCA DAS POLÍTICAS SOCIAIS, E DA QUESTÃO SOCIAL NA CIDADE DE SÃO FERNANDO-RN	
Francisco das Chagas dos Santos Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3022029078	
CAPÍTULO 9	84
CONCEITO DE REFÚGIO E AMPARO LEGAL: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES	
Carla Juliana Biesdorf	
Rosane Janczura	
Tatiana Almeida Andrade Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.3022029079	
CAPÍTULO 10	95
A INSERÇÃO DOS REFUGIADOS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: UM DEBATE SOBRE AS POSSIBILIDADES DE INGRESSO	
Carla Juliana Biesdorf	
Fabio Jardel Gaviragui	
Rosane Janczura	
Tatiana Almeida Andrade Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.30220290710	
CAPÍTULO 11	107
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM DEBATE	
Giuliana Barbosa da Rocha	
Maria de Lourdes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.30220290711	
CAPÍTULO 12	120
POPULAÇÃO NEGRA E RACISMO NO BRASIL: DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS E SUBALTERNIZAÇÃO	
Kíssia Wendy Silva de Sousa	
Luciana Batista de Oliveira Cantalice	
DOI 10.22533/at.ed.30220290712	
CAPÍTULO 13	128
OS REFLEXOS DO PERÍODO COLONIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A QUESTÃO DA SEXUALIZAÇÃO E OBJETIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL	
Jocy Helena da Costa Pantoja	
Mayara Alves Azevedo	
Luiza Silva Favacho	
Marcela Martins Maia	
DOI 10.22533/at.ed.30220290713	
CAPÍTULO 14	136
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 – MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MROSC) NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CONTROLE SOCIAL: A EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR	
Bruna Eloise Souza Vettor	
Juliana Moura dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.30220290714	

CAPÍTULO 15	148
SEGURIDADE SOCIAL E DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO: A REFORMA ESTRUTURAL E SEUS REFLEXOS NO TRABALHO	
João Paulo Zanin Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.30220290715	
CAPÍTULO 16	158
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS	
Haidée de Caez Pedroso Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.30220290716	
CAPÍTULO 17	170
A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA TRABALHO NO DEBATE COM USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Vera Suzart Barbosa	
Francilene Gomes Fernandes	
Priscila Beralda Moreira de Oliveira	
Calvin Batista Campos	
DOI 10.22533/at.ed.30220290717	
CAPÍTULO 18	178
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO DE MISERABILIDADE NA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Juliana Castro Torres	
Paula Martins da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.30220290718	
CAPÍTULO 19	190
O ACESSO E A ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UFRN	
Lenita Maria dos Santos Fernandes	
Cintia Paixão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.30220290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	200
ÍNDICE REMISSIVO	201

JARDIM GRAMACHO: TERRITÓRIO EXTRAORDINÁRIO DO LIXO E DA INJUSTIÇA AMBIENTAL

Data de aceite: 01/07/2020

Valéria Pereira Bastos

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
– PUC-Rio
Rio de Janeiro

C. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0034189381343924>

Mariana Andrade Lobo Silva

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
– PUC-Rio

Bolsista de Iniciação Científica do Departamento
de Serviço Social

C. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0760352893720301>

Raphaela Ximenes Pimentel

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
– PUC-Rio

Bolsista FAPERJ de Iniciação Científica do
Departamento de Serviço Social

C. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2879233108406917>

RESUMO: Este trabalho é fruto de pesquisa que vem sendo realizada desde julho/2018 apoiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa - FAPERJ e foi apresentada como comunicação oral no III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos - IV Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais -

III Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental e tem por finalidade analisar os impactos socioeconômicos e socioambientais ocorridos no sub-bairro de Jardim Gramacho - Duque de Caxias, tendo em vista que grande parte da vida econômica ativa local girava em torno da atividade de catação de resíduos sólidos procedentes do lixão, que permaneceu ativo por trinta anos, mas em atenção ao art. 54 - lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos as atividades foram encerradas desde junho de 2012, causando evidências de injustiça ambiental no território.

PALAVRAS-CHAVE: Jardim Gramacho; Injustiça Ambiental; Lixão; Políticas Públicas

JARDIM GRAMACHO: EXTRAORDINARY TERRITORY OF GARBAGE AND ENVIRONMENTAL INJUSTICE

ABSTRACT: This work is the result of research that has been carried out since July / 2018 supported by the Carlos Chagas Filho Foundation for Research Support - FAPERJ and was presented as an oral communication at the III International Congress on Social Policy and Social Work: contemporary challenges - IV National Seminar on Territory and Social Policy

Management - III Congress on the Right to the City and Environmental Justice and aims to analyze the socioeconomic and socioenvironmental impacts that occurred in the sub-neighborhood of Jardim Gramacho - Duque de Caxias, considering that much of the local active economic life revolved around the activity of collecting solid waste from the dump, which remained active for thirty years, but in accordance with art. 54 - law 12,305 / 2010 - National Solid Waste Policy activities have been closed since June 2012, causing evidence of environmental injustice in the territory.

KEYWORDS: Jardim Gramacho; Environmental Injustice; Dumping Ground; Public policy.

INTRODUÇÃO

O bairro Jardim Gramacho: o espaço geográfico

No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros. Milton Santos, 2007

Para compreender a história do “território do lixo”, consideramos importante apresentar inicialmente o Município de Duque de Caxias, circunscrição administrativa que abriga o bairro Jardim Gramacho.

Inúmeras são as obras que descrevem o contexto geográfico do Município, mas selecionamos dois textos que consideramos apontar os elementos fundamentais para nossa análise. Então nos baseamos na dissertação de mestrado de Luiz Cláudio Moreira e no documento produzido pelo IBASE, 2005 denominado “Diagnóstico Social do Bairro de Jardim Gramacho”.

Neste sentido, encontramos a informação de que o Município de Duque de Caxias foi criado através do Decreto Estadual 1055 de 31 de Dezembro de 1943, tendo completado em dezembro último passado, 65 anos de existência. Antes de sua emancipação, a localidade pertencia ao 8º Distrito de Nova Iguaçu (Ibase, 2005, p.5).

O Município de Duque de Caxias encontra-se dividido por quatro distritos e quarenta bairros oficiais e eles estão distribuídos da seguinte forma: no primeiro Distrito, que é o de **Duque de Caxias**, localizam-se os bairros Jardim 25 de Agosto, Parque Duque, Periquitos, Vila São Luiz, Gramacho, Sarapuy, Centenário, Centro, Dr. Laureano, Bar dos Cavaleiros, Olavo Bilac e **Jardim Gramacho**. Já no segundo, **Campos Elíseos**, encontram-se os bairros de Jardim Primavera, Saracuruna, Vila São José, Parque Fluminense, Campos Elíseos, Cangulo, Cidade dos Meninos, Figueira, Chácara Rio-Petrópolis, Chácara Arcampo e Eldorado. No terceiro distrito, que é o de **Imbariê**, estão os bairros de Santa Lúcia, Santa Cruz da Serra, Imbariê, Parada Angélica, Jardim Anhangá, Santa Cruz, Parada Morabi, Taquara, Parque Paulista, Parque Equitativa, Alto da Serra, Santo Antônio

da Serra. Por fim, no quarto distrito, **Xerém**, localizam-se os bairros de Xerém, Parque Capivari, Mantiqueira, Jardim Olimpo, Lamarão e Amapá. **[Grifo nosso]**.

Através do estudo elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro que Moreira cita em sua dissertação, Duque de Caxias está localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro que também abriga os Municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá (Moreira, 2007, p. 24).

Em relação à extensão geográfica, o Município de Duque de Caxias totaliza a área de 468,3 Km², o que representa 10% de área ocupada da Região Metropolitana.

Quanto ao sistema viário e ferroviário de Duque de Caxias, informamos que está integrada à cidade do Rio de Janeiro dada a proximidade. Ainda em termos de sistema viário, foi dado no mês de março de 2008, início das obras do Arco Rodoviário que intenciona ligar o Porto de Sepetiba, em Itaguaí até Itaboraí, no entanto passará por Seropédica e para tanto será construído um trecho entre Queimados, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Registra-se no IBGE que em 2018 a contagem populacional estimada no Município de Duque de Caxias alcançou o quantitativo de 914.383 munícipes em uma área territorial de 465 Km².

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Município, segundo o IPEA 2010 é de 0,711, ocupando assim a 52^a posição no Estado do Rio de Janeiro, isto porque a base para cálculo deste índice prende-se ao valor de quanto mais próximo de um for o IDH, maior o nível de desenvolvimento humano apurado.

Em relação à raça e religião dos munícipes, registra-se que, por meio da declaração das pessoas há um predomínio de afro-descendentes, o que representa 57,7 da população, contra 41% daqueles que se declaram brancos. Na religião há uma incidência de católicos, chegando ao percentual de 46%, o que é superior a soma das outras religiões declaradas.

Já em relação ao Bairro de Jardim Gramacho, integrante do 1º Distrito de Duque de Caxias, enfocamos que se encontra dividido por localidades que não podem ser conceituadas como sub-bairros, em razão de não serem oficializadas pela Prefeitura, mas estão divididas segundo documento Diagnóstico Social do IBASE da seguinte forma: COHAB (conjunto habitacional – 1ª área loteada de Jardim Gramacho), o Morro do Cruzeiro, o Triângulo e o Morro da Placa, locais que já possuem infra-estrutura urbana adequada a necessidade local. Por outro lado, o bairro tem ocupações recentes caracterizadas por bolsões de miséria, sem infra-estrutura e, neste contexto, localizam-se a Chatuba, a Favela do Esqueleto, o Beco do Saci, a Cidade de Deus, a Avenida Rui Barbosa, o Parque Planetário e a comunidade da Paz ou Maruim como é conhecida, onde as casas são construídas em cima do manguezal.

Quanto à questão populacional, Jardim Gramacho tem aproximadamente 40.000

habitantes, sendo que cerca de 50% dependiam direta ou indiretamente da atividade econômica advinda da catação de lixo (IBASE, 2005, p. 10).

Em relação à presença de equipamentos sociais voltados para a educação formal no âmbito do Governo do Estado, o bairro tem a Escola Estadual Lara Vilela, de ensino fundamental, o CIEP 218 – Ministro Hermes de Lima – de ensino médio e fundamental, além de possuir uma turma de aceleração de jovens, projeto educacional que procura atender àqueles que não completaram o ensino em idade compatível. Também funciona um núcleo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Finalizando, há o Colégio Estadual Álvaro Negro Monte, de 5ª a 8ª série e ensino médio.

Quanto às escolas municipais, informamos que no bairro registra-se a instalação da Escola Municipal Jardim Gramacho e da Escola Municipal Mauro de Castro, que também tem em seu anexo uma creche. No contexto comunitário, contabiliza-se a Creche Comunitária e a Escola Comunitária Jardim Gramacho, que é apoiada pela Igreja Católica e pelo Portal do Crescimento. E as escolas particulares estão presentes com o maior quantitativo, chegando ao número estimado de 15 unidades. As de maior destaque são: Colégio Deco, Colégio ABC da Alegria, Casinha Feliz, Colégio da Penha.

Já no tocante aos equipamentos de saúde no Bairro de Jardim Gramacho, existem sete postos do Programa de Saúde da Família, o Posto Municipal de Saúde Edina Siqueira Sales e um Posto de Saúde apoiado por políticos do local. Mas, no entanto, há registros que 15% do contingente de crianças residentes estão em risco nutricional, sendo que 12% com desnutrição grave (IBASE, 2005, p. 22).

Quanto à presença e/ou ausência de serviços públicos, bem como a qualidade destes, encontramos registrado no Diagnóstico Social do Bairro de Jardim Gramacho a seguinte questão:

Com relação aos Serviços públicos, em Jardim Gramacho destacam-se os serviços de saúde. As entrevistas realizadas ressaltam o esforço do Secretário de Saúde Oscar Berro na implementação e ampliação do PSF visando atender a toda a população do bairro. A atuação do Posto de Saúde (da prefeitura) também é reconhecida, embora também vivencie momentos de escassez, funciona com a boa vontade e compromisso de seus profissionais.

No que diz respeito às escolas, os entrevistados reclamam do estado de conservação de algumas, da qualidade do ensino e do número de vagas oferecidas que está aquém da demanda local. No entanto, é importante ressaltar que não tivemos acesso, neste pré-diagnóstico, ao número de crianças em idade escolar residentes em Jardim Gramacho. Segundo as entrevistas realizadas, os vereadores eleitos com o apoio dos moradores locais possuem significativa força política na identificação e implementação de ações de desenvolvimento e melhoria do bairro (IBASE, 2010, p. 17).

No tocante ao processo organizacional em defesa do bairro e dos moradores em Jardim Gramacho, somente foi identificada a existência de uma Associação de Moradores legitimada, que é a do Parque Planetário, pois tem representantes eleitos e é inscrita na Federação das Associações de Moradores de Caxias (MUB). No entanto, segundo o

Diagnóstico Social de Jardim Gramacho, a Associação não realiza ações em conjunto com a Federação e apenas recorrem a eles no período da eleição da diretoria da Associação atual, tendo em vista a necessidade de legitimação do processo (IBASE, 2005, p. 24).

Registramos que embora não existam outras associações de moradores no bairro de Jardim Gramacho, após a realização do Diagnóstico Social elaborado pelo IBASE(2005),atualizado em 2010 foi legitimada, em abril de 2006, a instalação de um Fórum Comunitário, composto por 48 instituições locais que têm cinco grupos de trabalho focados na Educação, Saúde, Convivência Comunitária e Trabalho e Renda – onde o Serviço Social se faz representar e de Meio Ambiente. Este Fórum é apoiado pelo IBASE em parcerias com Furnas Centrais Elétricas através do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), e escolheu o bairro com a finalidade de promover o desenvolvimento local sustentável. Após vários encontros visando traçar as metas em busca do desenvolvimento, foi inaugurada uma sede própria que está aberta aos moradores para encontros e para diversas reuniões, precisamente no dia 20 de dezembro de 2007. Atualmente, ocorre, na última segunda-feira de cada mês, uma reunião com as instituições que constituem o Fórum para refletir acerca dos avanços e retrocessos das ações comunitárias.

O Fórum Comunitário do Jardim Gramacho vem se desenvolvendo e, com o apoio do IBASE, apresentou na VI Expo Brasil Desenvolvimento Local, realizada em Salvador, em 2007, as seguintes questões ligadas a perspectiva de trabalho e renda para os catadores que em sua maioria são moradores do bairro:

O Fórum reivindica hoje a consolidação de um sistema de coleta seletiva com núcleos descentralizados no município de Duque de Caxias. Cada distrito terá um grupo de catadores realizando a coleta, responsável por levar o material reciclável para o Pólo de beneficiamento e Comercialização de Recicláveis, já em operação. “É um sub-bairro com uma infinidade de bares e pensões. Esses bares vendem fundamentalmente para catadores. O fechamento do aterro afetará muitos moradores, que se deram conta do problema e da oportunidade de lutarem juntos” diz a assistente social do Ibase, Rita Brandão (EXPO BRASIL al, 2007, p. 1).

Através deste pequeno desenho do sub- bairro de Jardim Gramacho, acreditamos o que estamos apresentando o cenário de milhares de bairros brasileiros, visto que é mais um local periférico que revela uma grande desigualdade social atrelada a outros tipos de desigualdades, como a ambiental, por ter abrigado um dos maiores aterros de lixo da América Latina, o que coloca em debate os riscos ambientais aos quais a população residente e trabalhadora foi e até hoje está submetida, considerando ser um território marcado por injustiças social e ambiental por carregar o estigma local atrelado a ausência de ações efetivas das políticas públicas.

Este processo apresenta também uma contradição, visto que neste mundo de consumo, global, líquido-moderno etc, a produção de lixo é crescente e, se não existir espaço para sua destinação final e também a mão-de-obra de catação para minimizar os

impactos, provavelmente seremos engolidos por uma avalanche de resíduos orgânicos e inorgânicos (lixo) que produz uma imensa poluição ambiental, quiçá planetária.

Nossa afirmativa encontra sustentação quando a comparamos com algumas considerações expressas no Diagnóstico Social do IBASE, quando efetuam comentários a respeito do sub-bairro e da população dele residente:

Na medida em que a população moradora está não só, exposta aos riscos ambientais por viver nas proximidades de um aterro controlado, mais conhecido como “lixão” – exposta à contração de doenças, à poeira, sujeira, entre outros – mas também encontra sua fonte de sobrevivência na atividade de catação, se evidencia a crise social de desemprego e de injustiças (social e ambiental). Estas pessoas são trabalhadoras e em sua maioria, anônimas e destituídas de qualquer direito – muitas não são registradas e não têm nem a certidão de nascimento, vivem em situação de total abandono, em condições precárias de infra-estrutura. Poderia se dizer que são os “**não cidadãos (ãs)**”. Paradoxalmente esta população vem dando uma grande contribuição para o circuito da reciclagem de materiais (coleta seletiva), para limpeza pública e ainda para a proteção de recursos naturais (IBASE, 2005, p. 30). [Grifo nosso].

Por fim sinalizamos que o sub-bairro de Jardim Gramacho é permeado por todo o trajeto da rota do lixo e apesar de já ter encerrado as atividades do lixão ainda perdura o despejo irregular de lixo, fator de algumas denúncias, conforme reportagem abaixo:

Cinco anos após o fechamento do lixão de Jardim Gramacho, a ser completado em 3 de junho, moradores do bairro, situado em Duque de Caxias, ainda respiram e visualizam resíduos para todos os lados. A região mantém uma concentração de atividades do setor, algumas legais, outras clandestinas. Há uma proliferação de pequenos lixões sem autorização e um grande terreno na favela do Maruim, hoje com a atividade licenciada, que recebe resíduos da construção civil e, com isso, vem aterrando a área contígua ao manguezal da Baía de Guanabara.

O movimento de caminhões basculantes é intenso pelas ruas de todo o bairro. De dia circulam, principalmente, os de empresas legalizadas, sendo comum o chorume lançado no asfalto, como pudemos constatar. À noite, a concentração é dos que querem fugir da fiscalização para usar os lixões clandestinos. Há ainda uma área de transbordo mantida pela prefeitura, para onde são levados os resíduos do bairro e das redondezas, antes de seguirem para o aterro de Nova Iguaçu (NORONHA, 2017, p. 1).

DESENVOLVIMENTO

Jardim gramacho: o lugar da catação

Nossa atenção, neste momento, será dedicada ao lugar que foi por muito tempo produzido pela atividade de catação de lixo que se processava no interior do Lixão de Jardim Gramacho e no seu entorno.

Portanto, estamos conceituando de “território do lixo” todo o espaço do Aterro Metropolitano de Gramacho e toda a rota que o lixo percorria no bairro até chegar ao destino final, por entendermos que a efervescência girava em torno da atividade mercantil gerada pelo negócio do lixo, uma vez que consideramos o que Milton Santos afirma acerca do território, do dinheiro e de sua fragmentação:

O território como um todo é objeto da ação de várias empresas, cada qual, conforme já vimos, preocupadas com suas próprias metas e arrastando, a partir dessas metas, o comportamento do resto das empresas e instituições. Que resta então da nação diante dessa nova realidade? Como a nação se exerce diante da verdadeira fragmentação do território, função das formas contemporâneas de ação das empresas hegemônicas? (SANTOS, 2007, p.86).

Complementando sua reflexão a respeito do território e dessas implicações, Milton Santos enfoca que é dentro de um mesmo país que são criados diferentes formas e ritmos de evolução, governados pelas metas e destinos específicos de cada empresa hegemônica, que arrastam com sua presença outros atores, mediante a aceitação ou mesmo a elaboração de discursos “nacionais-regionais” alienígenas ou alienados (SANTOS, 2007, p. 87).

Este sentido dado por Santos (2007) ao mundo mercantil de negócios é o mesmo sentido que damos ao território do lixo, por ser um local que recebia 8 mil toneladas/dia de lixo, cujo trajeto era realizado pelos veículos de grande porte (carretas e caminhões compactadores) que transportavam o lixo das vias principais do bairro/município para o Lixão

A primeira passagem se dava pela Usina de Transferência no Bairro do Caju, zona portuária do Rio de Janeiro, onde os caminhões compactadores que circulavam pelas residências despejavam o lixo em um recipiente com maior capacidade em volume cúbico e, por intermédio desses equipamentos mecânicos, realizavam a transferência para carretas com capacidade de 27 toneladas de lixo, perfazendo, assim, um percurso de 27 km até chegar ao Lixão, totalizando, a cada dia, 44 viagens oriundas somente do Caju. Além da supracitada Usina de Transferência, existiam mais dois trajetos: Jacarepaguá, que dista do Aterro 37 km, sendo realizadas 12 viagens com as carretas por dia, e Irajá, com 17 km de distância do Aterro, e 06 viagens diárias.

Quanto aos outros trajetos, isto é, que envolviam os municípios de Duque de Caxias, Nilópolis, Queimados, Mesquita e Belford Roxo, a rota era bem menor, assim como o volume de resíduos. Nesse caso, os próprios caminhões que realizavam a coleta domiciliar levavam para o vazamento os materiais recolhidos nas residências, empresas etc.

Na via principal de acesso ao Lixão, chegavam a transitar dia e noite cerca de 600 veículos de grande porte e, quanto mais se diminuir o fluxo, menor investimento seria necessário para a manutenção e o recapeamento do asfalto, que era de responsabilidade da empresa operadora.

Estes trajetos e o volume de lixo transportado se revelavam como uma grande mina de ouro, pois conforme já mencionamos anteriormente, o valor do produto potencialmente reciclável cresceu no período industrial, (Velloso 2004), e vem crescendo no mundo contemporâneo, e, desta forma, há um forte interesse pelas empresas em comercializar o material com o catador que normalmente fica com a menor parte, enquanto aqueles que já detêm o domínio do capital, produzem riquezas, fragmentações, discurso alienante e,

com certeza, também o domínio do material.

A título de registro, informamos que a Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro – COMLURB realizou, em junho de 2006, um estudo que proporcionou apurar em um período de trinta dias, qual quantidade retirada diariamente dos materiais separados pelos catadores. Foi apurado que, diariamente, o contingente de catadores separava cerca de duzentas toneladas de material potencialmente reciclável, isto é, material que ele já separou da matéria orgânica e dos outros inservíveis, tais como: papel higiênico, absorventes, entre outros sem valor no mercado, vendendo-os para ferros velhos instalados na via de acesso ao Aterro.

Somado a este fator, faz-se necessário elucidar que para o território efetivamente ganhar vida, circulavam diariamente cerca de 1.200 catadores que desenvolviam atividade de catação dentro do Aterro, mais os caminhões dos 42 depósitos que tinham autorização para transitar no Lixão com a finalidade de proceder à compra e à retirada do material separado pelo catador.

Mas o que vai demarcar o espaço como território, é a forma perversa existente quanto ao estabelecimento da relação de trabalho entre os catadores e os donos de depósito. Pesquisa realizada por Lúcia Pinto (2004), no território de Jardim Gramacho, deixou evidente que, dos trabalhadores fixos ligados a eles, a grande maioria entrevistada confirmou não ter carteira assinada.

Lucia Pinto justifica esta desresponsabilização dos empresários com os catadores, enfocando que o poder de barganha dos depósitos, independentemente do seu porte, é expresso pelo estabelecimento do preço do produto coletado, pela oferta de trabalho e pela possibilidade de empregar pessoas sem documentação, egressos ou fugidos do sistema penitenciário, e pela forma de pagamento imediata (PINTO, 2004, p. 12).

O cenário descrito por Pinto nos permite, mais uma vez, ratificar que o território de Jardim Gramacho carrega, mesmo após o encerramento do Lixão, todo o estigma do rejeito e/ou refugio humano, tendo em vista que até mesmo os depósitos não têm uma organização quanto aos equipamentos e em relação ao espaço físico também, visto que misturavam materiais recicláveis com rejeito do lixo.

Assim, os depósitos classificados como precários tinham toda a atividade realizada em céu aberto, em péssimas condições de higiene e trabalho e, segundo diagnóstico realizado por (Lucia Pinto 2004), “funcionam em alguns casos próximos ao mangue e em associação com locais de distribuição de drogas” e ainda poluíam o ambiente com a queima de fios de cobre e pneus.

Outro ponto de grande efervescência no cenário do território de Jardim Gramacho é a perversa forma de catação que era efetuada pelos catadores de lixo que, por meio do garimpo de saco em saco, separavam o material para ser comercializado. Embora seja responsável pela sobrevivência destes trabalhadores, a forma visualmente é estigmatizante e depreciativa.

Analizamos a questão acima à luz da fala de Dirce Koga (2001) a respeito da classe excluída, que, segundo a autora, deverá ter a resistência dobrada em função da necessidade cotidiana da luta pela sobrevivência física aliada à sobrevivência moral, “pelo fato de serem naturalmente suspeitas no meio de uma sociedade altamente segregadora” (KOGA, 2001, p. 45).

Inúmeras são as questões a serem levantadas pelo território de Jardim Gramacho, mas elencamos algumas por considerarmos fundamentais para entendermos a real situação dos catadores de lixo que são, a todo o momento, furtados da sua condição de cidadão trabalhador, primeiro pelo fato da categoria não ser reconhecida oficialmente, e depois por diversas perversidades advindas do mundo global e líquido apontados por Bauman (2004):

A “população excedente” é mais uma variedade de refugio humano. Ao contrário dos homini sacri, das “vidas indignas de serem vividas”!, das vítimas dos projetos de construção da ordem, seus membros não são “alvos legítimos” excluídos da proteção da lei por ordem do soberano. São, em vez disso “baixas colaterais”, não intencionais e não planejadas, do progresso econômico. No curso do progresso econômico (a principal linha de montagem/desmontagem da modernização), as formas existentes de “ganhar a vida” são sucessivamente desmanteladas e partidas em componentes destinados a serem remontados (“reciclados”) em novas formas. Nesse processo, alguns componentes são danificados a tal ponto que não podem ser consertados, enquanto, dos que sobrevivem à fase de desmonte, somente uma quantidade reduzida é necessária para compor os novos mecanismos de trabalho, em geral mais dinâmicos e menos robustos (BAUMAN, 2004, p. 53).

Pensando a partir desta reflexão, podemos considerar o catador de lixo como população excedente do processo, pois já sinalizamos anteriormente que ele é o menos beneficiado e assim percebemos que, no jogo de poderes, os que sobrevivem acabam por se tornar algozes do seu próprio companheiro, pois o nível de mobilidade apresentado por eles é de se transformar em comprador, ou seja, passar a deter poder do capital e, com isso, desconhecem sua origem, ou quando isto não acontece de imediato, passam a fazer desvio da rota do material que deveria ir para o Lixão, deixando chegar somente àquilo que não tem valor comercial.

No entanto, dentro da lógica capitalista, a venda realizada pelos catadores no Lixão ocorria de forma a desvalorizar o produto que os depósitos estabelecidos(ferro velho) no entorno do mesmo compravam e transportavam em seus caminhões, furtando daqueles que davam a partida no processo a possibilidade de negociar diretamente com as indústrias e se inserirem como apontam Cortizo e Oliveira (2004):

como integrantes da “articulação do binômio capital-trabalho, na apropriação coletiva dos meios de produção e dos resultados da produção, na prática da autogestão, na apreensão de todo o processo produtivo pelos todos os trabalhadores, na valorização de cada pessoa, na construção do coletivo, no compromisso com os outros trabalhadores, com as questões sociais e com a sustentabilidade ambiental” (CORTIZO; OLIVEIRA, 2004, p. 87).

Em face desse cenário de desigualdades posto no cotidiano da atividade de

catação, na qual estão presentes os processos exclusão/inclusão, precarização do trabalho, ausência do exercício de cidadania, desemprego estrutural, desqualificação social, informalidade, entre outras questões, acreditamos ser de fundamental importância dialogar com alguns autores para entender melhor esta trama.

Por outro lado, faz-se necessário compreender também como se dava o processo de desvio existente no trajeto até o Aterro Metropolitano, uma vez que a rota do lixo era demarcada por um território construído a partir de desigualdades de acesso e de vantagens, pois por cada gota de chorume¹, ou cada saco de coleta domiciliar deixado no caminho, era possível usufruir de um benefício, transformando, assim, em moeda corrente todo e qualquer resquício advindo desta atividade. Furta-se, mais uma vez, da mão do catador o material mais valorizado, pois muito embora o montante do que era recebido (8 mil toneladas/dia) seja significativo, o que era considerado nobre ficava pelo caminho, na mão daqueles que detinham o domínio e/ou poder de negociação, que, como já vimos, não era e até os dias atuais não o catador.

Para melhor entender este processo, procuramos buscar sustentação teórica em Koga (2001), que realizou um estudo a respeito de território que nos permitiu compreender melhor as tramas existentes nestes espaços, que não se constituem apenas como área geográfica e/ou de concentração de um povo, mas podem ser consideradas como

(...) um dos elementos potenciais para uma nova perspectiva redistributiva possível para orientar as políticas públicas. A redistribuição viabilizada pelo acesso às condições de vida instaladas no território onde se vive soma-se aos demais processos redistributivos salariais, fiscais ou tributários, fundiários e das garantias sociais, como a própria reforma fundiária, a reforma fiscal. Parto do pressuposto de que as políticas públicas ao se restringirem ao estabelecimento prévio de públicos-alvos ou demandas genéricas apresentam fortes limitações, no que se refere a conseguirem abarcar as desigualdades concretas existentes nos diversos territórios que compõem uma cidade, e assim permitir maior efetividade, democratização e conquista de cidadania (KOGA, 2003, p.33).

Na busca de aprofundarmos o entendimento a respeito do que estamos problematizando, e ainda objetivando apreender como alguns dos sujeitos envolvidos percebiam a rota do lixo dentro do território de Jardim Gramacho, realizamos antes do encerramento do lixão cinco entrevistas com alguns catadores e com dois donos de depósitos, com a finalidade de melhor compreendermos esta trama de relações existentes e o olhar tanto de uns quanto de outros a respeito da cadeia produtiva de reciclagem e o papel deles nesse processo perverso, e arriscamos recuperar no texto atual, pois estamos acreditando a partir da vivência na pesquisa atual que a ideia e a forma de tratar esse processo ainda não mudou..

Iremos ilustrar aqui, apenas duas falas, pois acreditamos que possa ainda demonstrar a realidade atual no sub-bairro, visto que embora não tenha mais o lixão em efetiva atividade, mantém uma rede clandestina de lixões e ferros velhos com o agravante de não contar com o poder público para tratar os rejeitos e controlar os gases produzidos o

1. Líquido oriundo do efeito químico produzido pelo lixo orgânico.

que faz do lugar uma efetiva zona de sacrifício, conforme denomina Acserald (2012).

Em relação à rota no território do lixo, de acordo com cada um dos entrevistados que ofereceu riqueza de detalhes em suas respostas, ficou evidente a ocorrência de diversas formas de desvios existentes e as articulações estabelecidas, ora pelos motoristas das carretas e/ou caminhões, ora pelos garis, entre outros poderes mencionados, que realizavam a comercialização do material potencialmente reciclável que deveria ser conduzido diretamente para o Aterro, mas na verdade era negociado antes de chegar no seu destino final. Deixaram claro também que esta rota era bastante confusa e, por vezes, perigosa a interferência para evitar o desvio do material, conforme ilustra a seguinte fala:

Bom penso que diversas coisas acontece de lá até aqui, cara, é uma rota muito confusa, pois dependendo do material recolhido já sai negociado de lá mesmo, porque hoje em dia o motorista já conhece o valor do reciclado do lixo, então se ele sabe que aquele material que esta carregando tem algum valor automaticamente ele já destina para algum lugar, aqueles que não tem bom conhecimento, mas alguém conhece que o material tem valor ele já extravia para o meio do caminho para outro lugar, uma série de processos que se ocorre, outros por uma questão de não conhecimento ou questão ética não destina, mas grande parte fica no meio do caminho (Entrevista catador SCS em 06/04/2012).

Quanto à rota do lixo, igualmente aos catadores, todos são sabedores das transações comerciais executadas antes de chegar ao vazamento oficial – Aterro Metropolitano de Gramacho –, mas aceitavam e chegavam a afirmar que, embora não tenham certeza por não terem ainda sido ameaçados, mexer com esta engrenagem podia criar um desconforto e perigo de vida. Um deles relata:

Já ouvi falar que são pessoas com um tipo de influência, digamos em termos de coagir as outras pessoas a fazer isto, os próprios carreteiros da COMLURB e S/A PAULISTA, talvez não seja para benefício próprio, mas uma forma de coação senão fizer isto pode acontecer alguma coisa não só com o emprego, mas dependendo da forma de quem estiver coagindo a sua própria integridade física (Entrevista realizada no Aterro Metropolitano de Gramacho em 03/04/2012 Sr.. G. Ferro Velho Y)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante dos depoimentos, torna-se evidente que a questão levantada a respeito da comercialização e do conseqüente desvio do lixo antes mesmo de chegar ao Aterro existe, o que confirma que o catador era lesado de diversas maneiras, desde a forma como se davam concretamente o trajeto do lixo até o seu despejo no destino final, e ainda na formação da cadeia industrial de reciclagem, pois o material que é mais valorizado no processo de comercialização não chega ao seu destino final inteiro, o que em muito reduz o ganho daqueles que estão à espera do material bruto para separação e venda.

Neste cenário, podemos afirmar que o território de Jardim Gramacho, durante o funcionamento do lixão era permeado por questões, onde os diversos atores deparavam-se diariamente com desafios em razão do negócio lucrativo do lixo, que envolve cada vez mais um elenco de situações que giram em torno do lucro a ser obtido, não importando de

que forma ele possa ter sido adquirido.

Por outro lado, apesar de reconhecerem a existência do desvio e, portanto, o furto do seu potencial produto, os catadores de lixo não se organizaram para o desmonte da rota, preferindo assumir uma atitude de acomodação e, conseqüentemente, resignação diante da realidade. Pode-se, diante disso, levantar uma questão: qual seria o poder efetivo que teriam os catadores para alterar esse estado de coisas?

Além disso, os depoimentos permitiram abrir um leque de informações sobre fatos que obstaculizam e impedem o catador de participar da cadeia produtiva como agente de parte do negócio e, com isto, usufruir dos lucros. Possibilitou, ainda, olhar para além da forma perversa utilizada no capitalismo para lidar com essa mercadoria específica e permitiu vislumbrar a necessidade de aprofundar a discussão e a reflexão sobre a questão da formação e da organização da categoria de catadores.

Aproximamos o olhar neste momento em que o catador passa por este processo injusto de não participação na cadeia produtiva, do estudo desenvolvido por Paugam 2003, a respeito do processo por ele denominado de desqualificação social, pois tem relação direta com o processo de precarização do trabalho e também de ausência de qualificação, que por vezes leva o trabalhador ao desemprego e, conseqüentemente, ao processo de exclusão social, aqui reconhecida como a nova exclusão, que tem características à luz do mundo globalizado, onde o avanço tecnológico e a automação dos serviços se fazem presente e empurram cada vez mais os indivíduos para a informalidade.

O autor, ao apontar o estado de desqualificação social, identifica ainda diferentes tipos de indivíduos e, no caso dos catadores, acreditamos que estejam inseridos na qualificação de marginalizados organizados, visto que estes participam de um contexto cultural tolerável em um espaço controlado pela experiência das trocas das atividades cotidianas e, às vezes, graças aos recursos do imaginário (PAUGAM, 2003, p. 177).

Inserimos o catador de lixo neste contexto, onde foi possível identificá-lo como aquele que, por se sentir excluído do acesso a melhores condições de trabalho, até mesmo de usufruir de bens e serviços como qualquer cidadão, desenvolveu uma cultura voltada para a submissão, naturalizando esta condição de modo a considerar que a exploração de sua mão-de-obra em todos os sentidos é muito normal, pois conforme elucidado em alguns depoimentos colhidos nas entrevistas que realizamos, para eles é muito difícil chegar próximo às grandes indústrias e, com isto, a negociação fica não mão sempre dos sucateiros, ou seja, daqueles que dominam o “mundo dos recicláveis” através do poder do dinheiro.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CORTIZO, Maria Del Carmen; OLIVEIRA, Adriana Lucinda. A economia solidária como espaço de politização. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, v.25, n.80, nov. 2004.

EXPO BRASIL. Desenvolvimento local. Disponível em: <<http://www.expobrasil.org.br/?q=node/60>> Acesso em: 29 maio 2007.

IBASE. **Diagnóstico social**: bairro Jardim Gramacho. Rio de Janeiro: IBASE, ago 2005. Mimeo.

NORONHA, Sílvia. **Jardim Gramacho segue sem revitalização após cinco anos de encerramento do lixão**. Disponível em <https://casafluminense.org.br/jardim-gramacho-segue-sem-revitalizacao-cinco-anos-apos-o-fim-do-lixao/> Acessado em 21.de fev. 2019)

KOGA. **Cidades territorializadas entre enclaves e potências**. 2001. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2001.

PINTO, Lucia Luiz. **Diagnóstico sobre a situação atual do aterro metropolitano de Jardim Gramacho**. Duque de Caxias: S/A Paulista, nov. 2004. Mimeo.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **Por uma globalização**: do pensamento único à consciência universal. 14.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VELLOSO, Marta Pimenta. **A Atividade e Resíduos Resultantes da Atividade Humana: da produção do lixo a nomeação do resto**. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Saude do Trabalhador). Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 91, 94, 97, 98, 104, 111, 113, 115

Acumulação 1, 2, 3, 4, 6, 22, 30, 58, 59, 60, 108, 109, 116, 123, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Adolescentes 64, 113, 115, 181, 187

Assistência Social 7, 15, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 77, 78, 80, 82, 83, 96, 107, 110, 113, 114, 115, 117, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 158, 159, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 193, 197, 198, 200

B

Benefício 48, 49, 82, 90, 164, 166, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189

Bolsa Família 72, 73, 80, 81, 82, 158, 159, 164, 165, 168, 169, 182, 183

C

Capitalismo 1, 2, 4, 6, 7, 23, 32, 50, 59, 75, 76, 77, 109, 121, 123, 159, 166, 169, 177, 192

Capitalista 2, 3, 5, 6, 13, 21, 22, 23, 26, 30, 31, 32, 38, 47, 53, 58, 59, 82, 93, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 121, 123, 126, 160, 166, 171, 172, 174, 175, 176, 192, 193

Conselho 12, 18, 33, 38, 61, 62, 67, 68, 69, 70, 99, 136, 138, 141, 143, 146, 173, 192, 193, 199

Controle Social 8, 9, 11, 12, 15, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 136, 137, 142, 145, 147, 163, 165

D

Deficiência 64, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Desigualdade Social 7, 14, 43, 59, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 82, 120, 166, 175

Direito 4, 7, 8, 13, 17, 39, 44, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 68, 70, 71, 75, 84, 85, 88, 89, 90, 92, 94, 102, 105, 113, 114, 125, 138, 148, 154, 156, 160, 161, 163, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 186, 187, 189, 191, 194

Direitos 3, 7, 8, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 37, 52, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 72, 74, 76, 77, 80, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 110, 113, 114, 115, 116, 118, 121, 122, 132, 137, 140, 142, 144, 154, 156, 160, 162, 164, 165, 167, 168, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 188, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 200

E

Educação 8, 11, 13, 16, 18, 36, 42, 43, 80, 81, 82, 85, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 105, 117, 122, 164, 166, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Estado 6, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 25, 26, 30, 31, 32, 41, 42, 50, 57, 63, 64, 68, 69, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 93, 97, 98, 100, 101, 102, 107, 108, 110, 111, 118, 121, 125, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 147, 159, 160, 161, 163, 167, 168, 169, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 193, 194, 197, 198

Estigma 43, 46, 128, 129, 130, 132, 134, 135

Europa 1, 2, 4, 57, 58, 76, 85, 87, 89, 90, 108, 109

J

Jornal 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

L

Lixo 9, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

M

Mulher 56, 58, 113, 114, 115, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 149

N

Negra 57, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Negro 42, 52, 55, 57, 58, 60, 122, 123, 124, 127, 129, 133

O

Objetificação 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Organizações da Sociedade Civil 67, 136, 137, 138, 145, 146

P

Participação 11, 15, 16, 28, 38, 50, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 80, 137, 139, 142, 143, 144, 145, 150, 160, 161, 163, 176, 180, 185, 187

Periferia 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Pessoa com Deficiência 179, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 194

Planejamento 14, 17, 78, 82, 83, 100, 136, 140, 141, 142, 143, 145, 146

Política Social 28, 39, 64, 83, 136, 158, 160, 163, 165, 168, 169, 192, 198, 200

Políticas Públicas 9, 14, 15, 18, 23, 30, 32, 38, 39, 48, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 78, 80, 107, 110, 112, 113, 115, 116, 120, 138, 141, 143, 145, 147, 176, 197, 200

Políticas Sociais 15, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 82, 104, 112, 117, 118, 120, 138, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 178, 181, 192, 200

População 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 21, 35, 36, 41, 42, 43, 44, 47, 64, 65, 69, 70, 74, 77, 79, 80, 81, 96, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 132, 133, 142, 143, 145, 149, 163, 165, 168, 173, 174, 175, 176, 194

Popular 22, 27, 28, 29, 32, 38, 60, 62, 65, 66, 67, 68, 88, 160, 163

Previdência Social 63, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 163, 164, 178, 179, 180, 181, 200

Q

Questão Agrária 1, 2, 6

Questão Social 2, 6, 26, 52, 56, 60, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 84, 91, 93, 95, 96, 104, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 141, 142, 158, 159, 160, 161, 163, 167, 177, 192, 193

Questão Urbana 19, 20, 21, 22, 27, 30, 31, 109

R

Racismo 52, 55, 56, 57, 58, 59, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132

Refugiados 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Refúgio 52, 54, 57, 58, 60, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 105

Rua 24, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 173

S

Saneamento 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 148, 151

Seguridade Social 63, 64, 65, 77, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 169, 178, 179, 181, 200

Serviço Social 6, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 28, 39, 43, 51, 60, 70, 71, 84, 94, 95, 107, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 127, 128, 136, 145, 146, 150, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 189, 190, 195, 200

Sexualização 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Sociedade 2, 3, 5, 6, 7, 8, 13, 16, 21, 22, 23, 30, 31, 47, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 75, 82, 91, 92, 93, 108, 109, 111, 112, 114, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 146, 150, 157, 159, 160, 162, 163, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 198

T

Trabalho 1, 2, 3, 5, 6, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 69, 74, 75, 76, 79, 84, 89, 93, 94, 95, 96, 100, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 192, 195, 197

U

Universidade 1, 17, 19, 28, 38, 39, 51, 52, 62, 84, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 118, 120, 128, 148, 153, 156, 158, 177, 178, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020